

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Março/2017 (Dados de Janeiro/2017)



Desempenho Fiscal

União registra superávit primário de R\$ 25,5 bilhões em janeiro de 2017, ante meta de déficit de R\$ 142,0 bilhões para o ano. Tal resultado, porém, reflete desempenho sazonal do primeiro mês do ano e não representa indicativo de cumprimento da meta fiscal anual. As projeções de mercado apontam para déficit de R\$ 149,6 bilhões em 2017.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2017

ESFERA	REALIZADO		LDO	
	EM JANEIRO	ATÉ JANEIRO (A)	META DO ANO (B)	DIFERENÇA (B)-(A)
Setor Público Consolidado	36,7	36,7	-143,1	-179,8
União	25,5	25,5	-142,0	-167,5
Governo Central	26,3	26,3	-139,0	-165,3
Empresas Estatais Federais	-0,8	-0,8	-3,0	-2,2
Estados e Municípios	11,3	11,3	-1,1	-12,4

R\$ bilhões

Fonte: Banco Central para a coluna de valores realizados. Metas extraídas da Lei 13.408/2016.

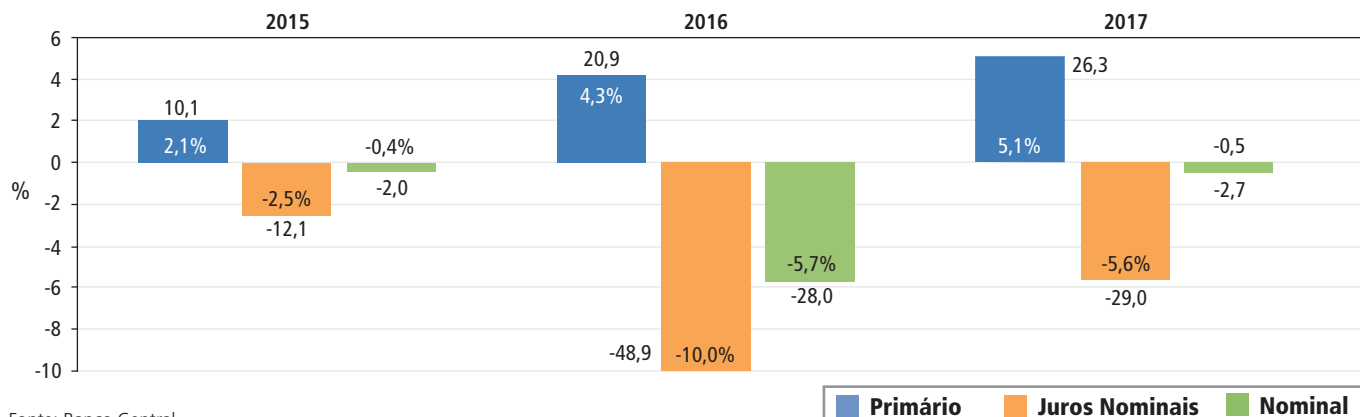
O resultado primário da União em janeiro de 2017 foi superavitário em R\$ 25,5 bilhões. No mesmo período de 2016, o superávit apurado foi de R\$ 20,9 bilhões.

Para o ano, as projeções de mercado informadas pelo Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, apontam para déficit de R\$ 149,6 bilhões, contra déficit de R\$ 139,0 bilhões fixado como meta na LDO para 2017.

Cabe ressaltar que 2017 representa o primeiro ano de vigência do Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional nº 95, de 2016), que limita por 20 anos os gastos primários da União. Tal medida pode contribuir para o esforço de contenção de despesas e geração de resultados fiscais mais favoráveis. O tópico D apresenta, de forma resumida, a situação inicial dos limites trazidos pelo novo regime.

B. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2015-2017)

Resultados fiscais do governo central — Jan (R\$ bilhões e % do PIB)



O resultado nominal do governo central em janeiro de 2017 foi deficitário em R\$ 2,7 bilhões (0,5% do PIB). Em 2016, o deficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 28,0 bilhões (5,7% do PIB).

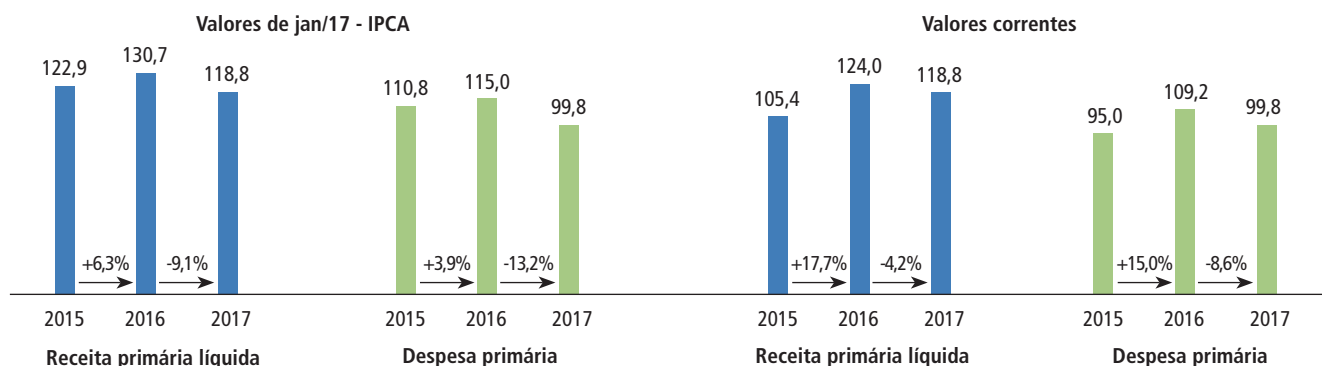
Os juros nominais, apropriados por competência, alcançaram R\$ 29,0 bilhões em janeiro, comparativamente a R\$ 48,9 bilhões no mesmo período do ano anterior. Contribuiu para essa redução o resultado favorável nas operações de swap cambial no mês (ganho de R\$ 5,1 bilhões),

ante resultado desfavorável em igual período de 2016 (perda de R\$ 16,8 bilhões).

Não obstante as últimas reduções das taxas básicas de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), a mais recente de 13,0% para 12,25% a.a., as despesas com juros devem permanecer elevadas ao longo do ano, tendo em vista a persistência de deficits fiscais e o consequente crescimento do estoque da dívida, conforme registrado no item E.

C. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Jan (R\$ bilhões)



A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 9,1% em janeiro de 2017, relativamente a janeiro de 2016. A despesa primária também teve redução real de 13,2%, o que evidencia o esforço para ajustar as contas públicas.

O principal componente da receita primária, constituído pelas receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), alcançou R\$ 96,7 bilhões, apresentando aumento

real de 1,1% em 2017, comparativamente a 2016, apontando para a estabilização da crise econômica.

Os tributos que sofreram as maiores quedas no mês de janeiro foram: Imposto de Importação (-17,1%), IPI (-11,0%), Cofins (-5,6%), Previdência Social (-5,8%). Esse desempenho negativo foi compensado principalmente pelo acréscimo de R\$ 1,8 bilhão (4,0%) no Imposto de Renda e de R\$ 1,5 bilhão (11,5%) na CSLL. Destaca-se, nas receitas não administradas pela RFB, a queda de Concessões e Permissões (-R\$ 11,6 bilhões) em razão de

não ter se repetido o recebimento de R\$ 11,1 bilhões em bônus de outorga referente à concessão de 29 usinas hidrelétricas em janeiro de 2016.

Pelo lado da despesa, houve queda real de 13,2%. Tal redução é explicada por diminuições em subsídios, subvenções e Proagro em R\$ 3,2 bilhões (-26,4%); da com-

pensação ao RGPS pela desoneração da folha em R\$1,0 bilhão (-49,5%); do abono e seguro desemprego em R\$ 1,4 bilhão (-19,2%) e das despesas discricionárias totais em R\$ 12,3 bilhões (-50,4%). Essas diminuições foram amenizadas pelas elevações dos benefícios previdenciários em R\$ 2,8 bilhões (7,5%).

D. CUMPRIMENTO DE LIMITES DO NOVO REGIME FISCAL

Cumprimento do “Teto de Gastos” (EC 95) - Limites da despesa primária da União X LOA 2017

Orçamentos Fiscal de da Seguridade Social

R\$ bilhões			
LIMITES INDIVIDUALIZADOS (EM NEGRITO)	LOA 2017 (A)	TETO DE GASTOS PARA 2017 (B)	EXCESSO (C = A-B)
Total Despesas Primária Sujeita ao Teto	1.306,5	1.301,8	4,7
Poder Executivo	1.247,8	1.245,6	2,2
Poder Legislativo	11,6	11,3	0,2
Câmara dos Deputados	5,6	5,4	0,2
Senado Federal	4,0	4,0	0,0
Tribunal de Contas da União	1,9	1,9	0,0
Poder Judiciário	40,5	38,6	1,9
Supremo Tribunal Federal	0,6	0,6	0,1
Superior Tribunal de Justiça	1,3	1,4	-0,1
Justiça Federal	10,4	10,0	0,4
Justiça Militar da União	0,5	0,5	0,0
Justiça Eleitoral	6,7	6,6	0,1
Justiça do Trabalho	18,2	17,0	1,3
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Território	2,4	2,4	0,0
Conselho Nacional de Justiça	0,2	0,2	0,0
Ministério Público	6,1	5,8	0,2
Ministério Público da União	6,0	5,8	0,2
Conselho Nacional do Ministério Público	0,1	0,1	0,0
Defensoria Pública da União	0,6	0,5	0,1
Montante Máximo Compensação para os Demais Poderes, 0,25% do Limite Executivo - § 8º do Art.107 do ADCT			3,1
Compensação de Limite do Executivo para os demais poderes e órgãos - § 7º do art.107 do ADCT			2,5
Limite individualizado do Executivo acima do Teto			2,2
Total ajuste Executivo nas autorizações da LOA 2017			4,7

Fonte: LOA 2017, SIOP e NT03 - SEAFI/SOF/MP.

Para 2017, a LOA autorizou despesas primárias sujeitas ao teto no montante de R\$ 1.306,5 bilhões, ao passo que o teto de gastos imposto pelo novo regime fiscal é de R\$ 1.301,8 bilhões. O excesso de autorizações orçamentárias, portanto, perfaz o total de R\$ 4,7 bilhões, distribuídos entre os Poderes da União, conforme evidenciado na tabela acima.

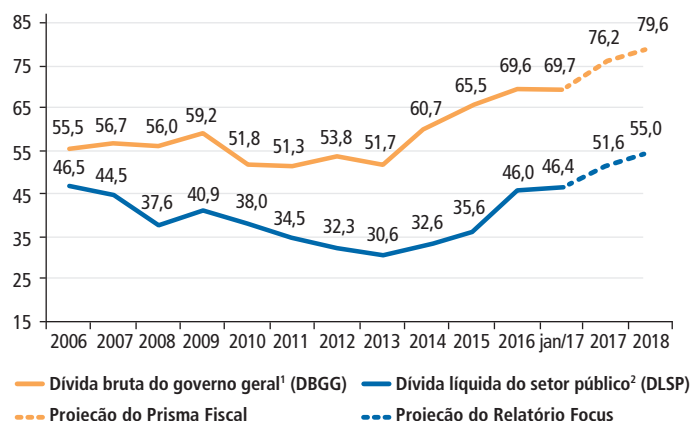
Para atendimento da emenda constitucional do novo regime, o cancelamento a ser efetuado poderia incidir no âmbito de cada Poder, de forma individualizada, conforme

indicado na tabela supra. Tal ajuste, entretanto, foi integralmente absorvido pelo Poder Executivo, com amparo no § 7º do art. 107 do ADCT.

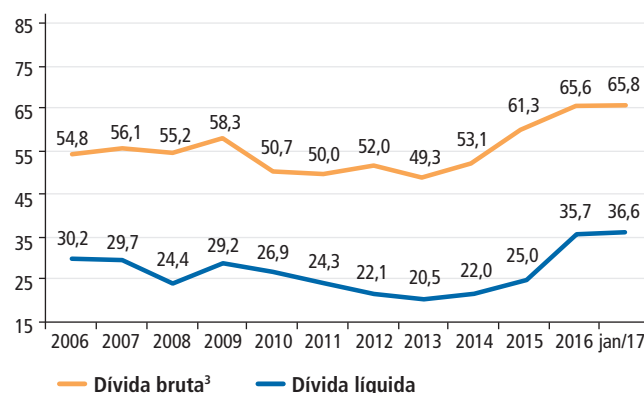
Desse modo, por meio da Portaria 17/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, foram canceladas despesas apenas no âmbito do Poder Executivo, no mesmo montante do valor excedente ao teto de gastos. Dos R\$ 4,7 bilhões cancelados, R\$ 2,5 bilhões se referem a excessos apurados nos demais Poderes.

E. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)

Setor público consolidado - 2006 a jan/2017



Governo Federal - 2006 a jan/2017



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal e Relatório Focus. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei nº 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral manteve-se praticamente estável (acréscimo de 0,1 p.p.) em janeiro de 2017 frente a dezembro de 2016 e atingiu 69,7% do PIB (R\$ 4,4 trilhões). A DBGG é composta principalmente pela dívida mobiliária do Tesouro Nacional (títulos públicos), que correspondeu a 46,4% do PIB (R\$ 2,9 trilhões) em janeiro, e pelas operações compromissadas do Banco Central, que representaram 18,1% do PIB (R\$ 1,1 trilhão). Quanto à dívida mobiliária federal interna, esta registrou decréscimo de R\$ 47,9 bilhões em relação a dezembro de 2016. O resultado refletiu resgates líquidos de R\$ 78,4 bilhões, decréscimo de R\$ 0,6 bilhão em razão da apreciação cambial e incorporação de juros de R\$ 31,1 bilhões.

A DLSP alcançou R\$ 2,9 trilhões (46,4% do PIB) em janeiro, expandindo-se 0,4 p.p. do PIB em relação a dezembro de 2016. O aumento na relação DLSP/PIB decorreu da incorporação de juros nominais (aumento de 0,6 p.p.), da valorização cambial de 4,1% no mês (aumento de 0,6 p.p. do PIB), do superavit primário (redução de 0,6 p.p.), do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,1 p.p.) e do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 0,2 p.p.).

A conjunção de resgates líquidos de títulos públicos e superavit primário implicaram a relativa estabilização da dívida bruta do governo geral e da dívida líquida do setor público em janeiro de 2017. Contudo, apesar da relativa estabilização, as projeções do Prisma Fiscal e do Boletim Focus do Banco Central para a DBGG e a DLSP em 2017 e 2018 foram mantidas em razão do resultado de janeiro ser sazonal.

Especificamente quanto ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 0,2 p.p. em janeiro de 2017 frente a dezembro de 2016 e alcançou 65,8% do PIB (R\$ 4,1 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal cresceu 0,9 p.p. no período e chegou a 36,6% do PIB (R\$ 2,3 trilhões). O aumento da dívida líquida federal se deveu principalmente à ampliação em R\$ 96,1 bilhões das operações compromissadas do Banco Central, de 16,7% do PIB em dezembro de 2016 (R\$ 1,0 trilhão) para 18,1% em janeiro (R\$ 1,1 trilhão).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Aritan Borges Maia, Arthur Falcão Freire Kronenberger, Eduardo Andres Ferreira Rodriguez, Flávio Diogo Luz, Ingo Antonio Luger, Júlia Alves Marinho Rodrigues, Maria Emília Miranda Pureza, Rafael Inácio de Fraia e Souza

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal